

ATA DA 041ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Dalmo Claro - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado João Amin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Bom-dia a todos e a todas!

Quero cumprimentar o sr. presidente, deputado Aldo Schneider; os demais deputados; os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Dois assuntos nos trazem, hoje, à tribuna. O primeiro é sobre a audiência que tivemos, ontem, com o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Eduardo Cunha, ocasião em que esteve presente o deputado do PMDB do Rio Grande do Sul, Alceu Moreira, que é o relator das PECs sobre terrenos de Marinha na Câmara Federal.

Na oportunidade, de pronto conseguimos sensibilizar o deputado Eduardo Cunha para a

importância do assunto, para a questão de arrecadação por parte da União, sem nenhuma contrapartida aos estados e municípios.

Deputado Natalino Lázare, como uma das pessoas que assinaram a instalação da Frente Parlamentar, saiba que a audiência foi muito proveitosa. Contamos com a presença do representante da Acatmar, Leandro Ferrari; do representante da Associação de Moradores do Bairro Carianos, Maicon Costa; do deputado Esperidião Amin; e do secretário do município de Palhoça, Marcelo Fett.

Na audiência, o deputado Alceu Moreira se comprometeu, deputado Fernando Coruja - e v.exa. é um grande conhecedor do Regimento Interno da outra Casa -, a apresentar o seu parecer, que já é favorável à matéria; o presidente da CCJ, deputado Arthur Lira, comprometeu-se em colocá-la na pauta da comissão, na próxima terça-feira, e, sendo aprovada, o deputado Eduardo Cunha comprometeu-se em, no mesmo dia, formar uma comissão especial na Câmara dos Deputados para a apreciação das matérias sobre terreno de Marinha.

Então, é um grande avanço de matérias que tratam sobre o tema e que estão há muito tempo naquela Casa Legislativa.

Nós frisamos muito ao deputado Eduardo Cunha que no Rio de Janeiro, no ano de 2003, que são os últimos dados que temos, foram arrecadados R\$ 223 milhões e nada em contrapartida àquele estado, a exemplo de Santa Catarina que, no ano de 2014, arrecadou para os Cofres da União R\$ 44 milhões.

Assim, a audiência foi muito proveitosa e esperamos uma sinalização positiva na próxima terça-feira.

Coincidentemente ainda em Brasília o senador Ricardo Ferraço, que é do Espírito Santo, pediu regime de urgência na tramitação da PEC de sua autoria para que a matéria também seja colocada em pauta no Senado. Depois de duas votações no referido órgão, ela irá à Câmara Federal.

Portanto, é uma junção de forças. A comunidade de Santa Catarina está-se movimentando para acabar com essa taxa que não tem nenhuma contrapartida para o estado.

Há outro assunto que me cabe destacar, hoje, na tribuna. Solicito à assessoria da Casa que proceda à apresentação das imagens.

(Procede-se à exibição de imagens.)

No final do mês acontece a prova de Ironman. São 3,8km de natação, 180,2km de ciclismo e 42,2km de corrida. A primeira edição dessa prova ocorreu em 2001. Nós vimos que neste ano o governo do estado, depois de uma longa discussão, comprometeu-se em apoiar mais uma vez a prova. Os organizadores estiveram na prefeitura, ontem, e também tiveram a sinalização positiva dela para apoiar essa prova que, além de ser um espetáculo para quem pode presenciar a largada da natação em Jurerê, é pé quente, já que o dia da prova é sempre bonito na nossa ilha. E além de ser um espetáculo para a cidade, o retorno, segundo os organizadores - e eu fiz uma apresentação, hoje -, é considerável.

A secretaria de Turismo do município de Florianópolis diz: "Ah, se nós tivéssemos um *Iromann* por mês na cidade de Florianópolis para gerar o resultado na baixa temporada, diminuindo o seu impacto"! São duas mil pessoas e os atletas não viajam sozinhos. Há em média quatro acompanhantes por atleta, e são dois mil atletas. Há um público estimado de dez mil pessoas, representando cinco dias de estadias, numa média diária de R\$ 350,00 por dia, causando um impacto financeiro na cidade de R\$ 17,5 milhões.

Nós recebemos no estado de Santa Catarina atletas de 33 países, pelo menos, de 26 estados brasileiros e de 176 cidades. E há que se destacar aqui que o público realmente faz a diferença nessa prova.

A prova conta com uma estrutura temporária, que é apelidada de Cidade Ironman. Existe também uma grande exposição com 2.100m², 30 expositores, dez mil visitantes. Há toda uma estrutura para o atleta e o turista.

No ano passado tivemos um catarinense que foi o vencedor da prova.

Então, realmente gostaríamos de dizer que, com o apoio do estado de Santa Catarina e da

prefeitura municipal de Florianópolis, essa prova tem que continuar sendo realizada aqui. Por quê? Sabemos da estrutura que existe no Rio de Janeiro. Uma prova de muita repercussão nacional e internacional, por exemplo, é o campeonato da primeira divisão do surfe mundial, que está acontecendo hoje e vai até o dia 22 de maio. A prova da etapa brasileira de surfe já foi realizada em Santa Catarina e perdemos para o estado do Rio de Janeiro porque lá o apoio financeiro por parte do estado é de R\$ 4 milhões.

Portanto, fazendo um comparativo entre o Ironman e o WCT, não podemos competir, mas também não podemos permitir que o Ironman não seja mais realizado aqui, até porque a cidade e o estado do Rio de Janeiro estão loucos por uma prova dessa, e Santa Catarina e Florianópolis não podem perdê-la.

Então, eu gostaria de ressaltar a importância dessa prova não apenas pelo espetáculo que ela causa durante o dia, mas também conseguindo refletir muito bem os impactos financeiros para a cidade de Florianópolis e o estado e Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação do deputado João Amin, extremamente interessante e pertinente, principalmente com relação a essa questão dos terrenos de Marinha.

Parabéns, deputado João Amin, pelo seu trabalho. A Assembleia Legislativa, através da Presidência, dará todo o apoio para que isso se concretize.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente e srs. deputados, deve sair, hoje, segundo notícias, o resultado do inquérito relativo ao acidente de ônibus que ocorreu em uma curva da Serra Dona Francisca, em que morreram 59 pessoas. Em Santa Catarina houve outros acidentes rodoviários de grandes proporções, envolvendo ônibus.

Nós estamos participando de um fórum para discutir o transporte público intermunicipal, fórum este que tem na Presidência o deputado Luiz Fernando Vampiro. E na reunião de ontem discutimos, juntamente com o deputado Mario Marcondes, com o Deter e com as empresas de ônibus o que podemos fazer.

Já tive a oportunidade de manifestar-me nesta tribuna dizendo que sempre estranhei o diferenciamento que se dá aos acidentes de transportes coletivos envolvendo ônibus e aos acidentes de transportes coletivos envolvendo aeronaves. Quando há a queda de um avião, há todo um aparato para discutir e procurar as causas para, a partir daquele incidente, serem criadas regras, normas e maneiras de procurar evitar outros acidentes. Isto não acontece absolutamente com os acidentes de transporte de massa, de transporte terrestre, e que envolve, evidentemente, o transporte de pessoas mais pobres que o transporte aéreo.

Entendo que é preciso fazer alguma coisa. Segundo o inquérito e os relatos preliminares, é muito provável, deputado Mario Marcondes, que não haja nenhum indiciado no caso, porque o motorista do ônibus, que era o proprietário do ônibus, morreu. Portanto, creio que não haverá, evidentemente, nenhum indiciamento e nenhuma ação judicial.

Podemos dizer que foi uma fatalidade. Agora, quando se procura o que é fatalidade no dicionário, pode-se encontrar o significado de fatalidade em dois sentidos: fatalidade como uma desgraça, deputado Silvio Dreveck, um acontecimento fatal em que pessoas morreram; e fatalidade como uma coisa que não se consegue identificar a causa. É claro que no caso aqui em relação à causa não foi uma fatalidade, pois sabemos que era um ônibus velho, que faltavam licenças, que o ônibus entrou do Paraná para Santa Catarina e estava superlotado.

Então, há uma série de questionamentos que dizem que, desse ponto de vista, não é uma fatalidade porque há uma motivação.

Não há nenhum indiciamento. E não é nesse sentido que acho que temos que ter preocupação, porque sempre que há uma fatalidade, a preocupação é achar um culpado para resolver o problema, e achar o culpado transferindo essa discussão para o Judiciário. É sempre um negócio de judicializar, como se o Judiciário pudesse dizer quem é o culpado e resolver os problemas.

Falei ontem, no debate, que participei de um seminário sobre a judicialização da saúde, que é mais ou menos o que está acontecendo hoje. Tudo é judicializado! Sempre vai para o Judiciário decidir qual é o remédio. É como se a sociedade transferisse a sua responsabilidade para um órgão, quando a responsabilidade das coisas é responsabilidade política, e que envolve não apenas nós, que somos políticos, temos mandato, fomos eleitos para fazer as coisas. O deputado Dr. Vicente Caropreso sempre diz que estamos recebendo bem e temos que trabalhar com afinco por aquilo que estamos recebendo aqui. Mas é preciso que as coisas se voltem para as questões políticas, porque as decisões passam por decisões políticas que não são necessariamente decisões de pessoas que têm mandato.

O povo esqueceu a política. A individualidade das pessoas neste mundo pós-moderno faz com que os debates para discutir as reais necessidades, quais são as prioridades, sejam transferidos para o Poder Judiciário, que diz quem é o culpado e está resolvido.

Ora, quem é o culpado? Se não é uma fatalidade, os culpados são todos. Nós temos que achar mecanismos para que isso não aconteça, porque há fatores envolvidos: a estrada, a sinalização, o ônibus velho, a fiscalização, a falta de lei. Alguma coisa, evidentemente, precisa ser alterada, porque não é uma fatalidade. Estamos no ano de 2015 e não é uma fatalidade nesse sentido de que não podemos evidenciar causas.

Nesse fórum em que o deputado Luiz Fernando Vampiro está à frente já houve uma reunião muito positiva, ontem. O presidente do Deter manifestou-se dizendo que o governo pretende mandar outro

projeto de lei para esta Casa no sentido de disciplinar as questões do transporte intermunicipal. Nós precisamos achar, evidentemente, soluções para o problema.

Vejam: os dois acidentes principais não foram acidentes de transporte intermunicipal, e sim de transporte interestadual - um ônibus vinha da Argentina e o outro, do Paraná. Mas isso não quer dizer que não precisamos procurar soluções. Nós não podemos procurar simplesmente culpados. "O caso não é nosso, o caso é do estado tal, o caso é interestadual". Nós temos que procurar soluções para os problemas.

Eu somente acredito que se soluciona um problema na medida em que se acha um pouco responsável por ele. Então, precisa-se realmente encaminhar a solução e estou acreditando muito no trabalho do fórum. Evidentemente, é um trabalho que não vai mudar muito, mas é preciso trabalhar nesse sentido.

O Sr. Deputado Dalmo Claro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Deputado Fernando Coruja, a sua fala é muito oportuna.

Quero, na verdade, enfatizar um aspecto que v.exa. colocou, ou seja, que muito comumente vemos pessoas colocando a culpa num terceiro. Muito facilmente, ainda que eu entenda todas as irresponsabilidades que vemos no trânsito por parte dos condutores, muitas vezes os acidentes não são por culpa dos condutores. Ou é uma conjunção de imprudência ou distração, eventualmente, do condutor, ou as condições das rodovias não são adequadas, seja por má conservação, como frequentemente temos observado os buracos, e também por falta de alguns elementos de proteção, de segurança.

Nesse caso específico da Serra Dona Francisca existem quatro ou cinco curvas que se dão exatamente em cima do precipício. E qualquer problema de freio ou de colisão de veículos naquela decida, vai acarretar numa catástrofe.

Então, há que se buscar uma saída técnica, e não seria eu o mais indicado para dizer qual delas, para que veículos sem freio, ou com excesso de velocidade, ou que tenham sofrido uma colisão, um abalroamento naquele momento, tenham condições de não serem lançados ao precipício.

Esse é um exemplo de coisas, e que não apenas depende da vontade, da má prática, ou de terceiros. Mas, na verdade, cabe, sim, ao poder público estabelecer algumas condições de maior segurança nesses pontos.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Agradeço o aparte de v.exa.

Encerrando o meu pronunciamento, ocorreu-me agora, a partir da fala do deputado Dalmo Claro, uma sugestão para levar ao fórum: é preciso discutir, por exemplo - e já deve haver discussão a respeito disso, evidentemente, mas precisamos analisar com uma lupa, talvez -, os pontos críticos onde acontecem os acidentes em Santa Catarina para rediscutir essa questão e elencar prioridades. Quer dizer, os pontos críticos precisam ser atacados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Dr. Vicente Caropreso, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Bom-dia, sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público presente que está-nos ouvindo!

Venho à tribuna para fazer alguns comentários a respeito da atual conjuntura e falar algumas coisas que estão acontecendo no país.

O nosso país vem tendo alguns solavancos na parte política, com a inversão de pauta de algumas situações, principalmente que impactam no fechamento da conta do governo, da economia.

Ontem, poderíamos dizer que foi o dia da infâmia. Eu lembro que no ano 2000 os deputados que estavam na comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados, saíram num corredor polonês apanhando literalmente, foram

perseguidos, colocados em cartazes, denunciados e, até certo ponto, foi usado de maldade contra eles, com relação ao projeto que criava o fator previdenciário. E fator previdenciário esse que foi considerado ruim para todas as categorias, pois desincentiva a aposentadoria precoce, faz com que a pessoa, se quiser ter a sua aposentadoria integral, tenha que permanecer mais tempo na ativa. Esta foi a visão do governo daquela época, considerado inimigo dos trabalhadores.

Pois, ontem, a Câmara dos Deputados derrubou o fator previdenciário depois de 14 anos, e hoje está estampado nos jornais que o governo vai fazer de tudo para voltar o fator previdenciário.

Realmente é um dia estranho, porque todo governo e toda essa força política que apoiavam a não introdução do fator previdenciário, hoje lutam e vão fazer de tudo para manter o fator previdenciário. Isto é uma incoerência e uma interrogação. Foram quebrados vidros, vários deputados e senadores foram perseguidos, enfim, foi uma tragédia naquela época, e o que acontece hoje?

Ontem, o governo teve algumas vitórias com relação ao pacote fiscal, que também era contra antigamente. Há alguns anos o governo fazia de tudo para não haver arrocho de qualquer maneira para ajustar as contas públicas. E essa queda do fator previdenciário vai anular todo esforço que o governo fez, porque o rombo da Previdência não é de bilhões, e sim de trilhões anuais.

Como no nosso país cada vez mais se consegue, com a Medicina preventiva, distribuir medicamentos; fazer com que as unidades básicas de saúde estejam funcionando e levando Medicina a pontos aonde antes não funcionava; fazer a vacinação em massa - vacinas para idosos; implantar programas de prevenção, isso fez com que a população tivesse mais longevidade. Ou seja, hoje morremos muito mais tarde do que há 20 anos, graças ao desenvolvimento, à educação em saúde e a todo esforço que o governo e população têm feito para que isso acontecesse e levar mais qualidade de vida às pessoas. E o resultado é este: ficamos

mais tempo vivos, e com isso o nosso setor de Previdência caducou.

Eu não estou dizendo que é certo ou errado o fator previdenciário; o que digo é que tanto no estado de Santa Catarina quanto no governo federal a sociedade em geral tem que rever essa questão, porque senão os governos vão parar.

O Sr. Deputado Mario Marcondes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não!

O Sr. Deputado Mario Marcondes - Deputado Dr. Vicente Caropreso, o assunto abordado por v.exa. é de suma importância. Como advogado militante na área previdenciária, posso dizer que isso tem sido uma guerra no Poder Judiciário há anos, e também dentro dos órgãos governamentais. E realmente causa estranheza o fato de que quem sempre lutou e brigou pelo fim do fator previdenciário, hoje insiste na sua manutenção.

Isso é um verdadeiro descaso com o trabalhador brasileiro, e v.exa. colocou muito bem que a longevidade das pessoas causou um descompasso maior ainda do que aquele que já existia na Previdência. E o que falta no Brasil - e vê-se todo dia aqui, e neste Parlamento este é o debate - é a falta de planejamento.

A Previdência chegou num ponto em que eu não sei mais como e quem vai conseguir segurar. E o fator previdenciário, sem sombra de dúvida, vai gerar mais uma demanda de ações judiciais. O Poder Judiciário já está emperrado, e certamente o governo poderia resolver isso da melhor maneira possível na esfera administrativa, não precisando fazer com que os aposentados tenham que ir até o Poder Judiciário para buscar os seus direitos.

Mas vamos ver os próximos passos dessa luta árdua dos trabalhadores, principalmente dos aposentados e dos que virão a se aposentar, para que, efetivamente, o fim do fator previdenciário efetivamente aconteça. Porque isso é a maior sacanagem que pode existir com o aposentado, que durante anos trabalha, contribui e no momento do descanso, de encerrar a sua vida laboral, ou tem

que arrumar outro emprego para complementar o seu salário ou então vai ficar realmente com um salário de fome.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado, deputado Mario Marcondes!

Mas temos que iniciar agora uma grande discussão, e ela não pode atrasar, toda a sociedade tem que participar desse debate que representa a continuidade, até, da existência dos fundos dentro dos Poderes Executivos, sejam estaduais ou municipais - há muito setor de aposentadoria municipal -, e do plano de previdência da Previdência Social.

Então, realmente é algo para se preocupar. Se cair o fator previdenciário, temos que ver de onde vamos ter recursos para continuar pagando essa dificuldade financeira.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não!

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Deputado Dr. Vicente Caropreso, ontem foi aprovada a queda do fator previdenciário aumentando para aquele fator 85 ou 90.

Da mesma forma que o deputado Arnaldo Faria de Sá apresentou ontem, eu apresentei uma emenda de plenário no Congresso Nacional, e já no final, às 23h, consegui derrubar o fator previdenciário em Brasília, mas depois o presidente Lula vetou. E ontem foi novamente alterado.

Eu acho tem que haver uma preocupação com o futuro, com as contas públicas, mas há um raciocínio. No passado não houve uma preservação de recursos para a geração atual, e agora se quer que essa geração tenha preocupação com o futuro. Tudo bem, é evidente que devemos ter preocupação com o futuro, mas há que se ver também as pessoas que estão aí, que trabalharam anos e que precisam de uma demanda de recursos agora. O futuro a Deus pertence e talvez encontraremos outras soluções. O que não podemos é pegar, e como já disse o deputado Mario Marcondes, o coitado daquele que está para se aposentar e exigir dele um sacrifício

agora para que daqui a 30 anos... Porque aí também não me parece adequado.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado, deputado Fernando Coruja. Eu concordo com v.exa., mas acho que temos que começar a nos preocupar com essa situação.

Eu repito: político custa caro para a nação, o estado e os municípios, e há algumas questões importantes e cruciais de sobrevivência. Porque, deputado Antônio Aguiar, existe uma fila. Por exemplo, v.exa. já esteve no Badesc com os prefeitos? Alguns deputados já estiveram lá com os prefeitos? Não há mais dinheiro nas prefeituras e a única solução que os prefeitos estão encontrando é o empréstimo. Acabou aquela história de sobrar dinheiro para construir uma rua, uma ponte! Não temos mais condição de manter a situação como está!

E há algumas coisas emblemáticas. O governo federal tem 39 ministérios e aqui no estado temos trinta e poucas secretarias de Desenvolvimento Regional. Alguém tem que começar a dar o bom exemplo. É a partir dessas situações que vamos enxugar a máquina para que realmente o estado, o município e a União possam ter dinheiro suficiente para os investimentos, para pagar dignamente as aposentadorias e continuar investindo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado, deputado Dr. Vicente Caropreso.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero fazer referência à comunidade quilombola que se faz presente e está na luta contra a PEC n. 0215, que tramita no Congresso Nacional e trata da retirada dos direitos dos quilombolas do nosso país. É uma PEC antiga. Para termos uma ideia, ela é do ano 2000 e está sendo desengavetada, depois de basicamente 15 anos, para ser apreciada nesse

momento e tirar direitos e conquistas dos nossos irmãos e irmãs quilombolas.

Então, eu digo a vocês todos: luta e perseverança, porque nenhum direito adquirido acontece e vem de graça em todas as situações da nossa sociedade. O direito é fruto de organização, mobilização, muito debate e resistência.

Por isso, quero dizer a vocês, que estão presentes neste Plenário manifestando esse desejo e essa luta, que podem contar com o nosso apoio. Estamos juntos nessa caminhada na defesa daquilo que é de vocês, historicamente.

Eu quero também fazer outro registro, neste momento, de que na tarde de ontem votamos nesta Casa, em segundo turno, um projeto de lei de minha autoria, juntamente com o colega deputado José Nei Ascari, através do qual, com os votos de parlamentares, vamos conceder o título de Cidadão Catarinense ao dr. Homero de Miranda Gomes, *in memoriam*. Trata-se de um reconhecimento a esta figura extraordinária que desempenhou um papel extraordinário por onde passou.

(Passa a ler.)

"Além de ter sido médico, foi prefeito de São José de 1956 a 1960 e deputado estadual por mandatos dois, de 1970 a 1978. E dedicou-se à Medicina especialmente ajudando pobres e humildes - e aqui está uma das características que também o levam a esse importante reconhecimento.

Nascido em Ouro Fino, Minas Gerais, em 2 de maio de 1913, dr. Homero faleceu em Santa Catarina, no dia 6 de abril de 1980. Com certeza, merece, sim, a saudação póstuma e o nosso reconhecimento com a concessão do Título de Cidadão Catarinense."

Aprovamos, na tarde de ontem, em segundo turno, esse projeto de lei e faremos publicamente esse reconhecimento.

Portanto, a nossa gratidão a todos os parlamentares que depositaram o seu voto e compreenderam a importância desse reconhecimento.

Gostaria de fazer um rápido registro sobre o PLC n. 0034/2015, que tramita no Congresso Nacional. Trata-se de uma lei, transformada num

PLC, que faz a alteração e acresce dispositivos à Lei n. 11.105, de 24 de março de 2005. Ele trata da questão da alteração das embalagens dos produtos que são comercializados, no que diz respeito à identificação: se possui ou a transgenia.

Acredito que todo consumidor tem o direito de saber o que vai consumir. Portanto, essa identificação passava quase despercebida, pelo tamanho que ela tinha nas embalagens, mas é importante porque é o símbolo de que aquele elemento, cientificamente, reserva muitas dúvidas. Não sou eu que estou dizendo isso, mas, sim, a comunidade científica, que faz menção e, ao mesmo tempo, pede cuidado no consumo de qualquer tipo de alimento que possua qualquer ingrediente transgênico na sua composição.

Essa é uma questão de saúde. Então, quando tratamos da dimensão da vida, do cuidado e bem-estar das pessoas, o alimento se torna fundamental. Queremos produzir e consumir alimentos saudáveis. E a transgenia, infelizmente, se opõe ao alimento saudável, que faz bem à saúde e à vida das pessoas.

Queremos fazer este registro, na manhã de hoje, de que já encaminhamos expediente ao Congresso Nacional no sentido de que se adotem medidas para que não se retire essa identificação nas embalagens, mas que se possa avançar ainda mais para que a comunidade consumidora de fato possa ter clareza daquilo que está consumindo. Isto é o pouco que nós, envolvidos com a questão pública, podemos fazer à sociedade brasileira.

Sr. presidente, quero deixar, nesta manhã, estes registros: da comunidade quilombola, passando pela votação do reconhecimento do título de Cidadão Catarinense do Dr. Homero, e deste PLC, que tramita no Congresso Nacional, tratando da retirada da identificação nos produtos que possuem a transgenia ou elementos transgênicos na sua composição.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Gabriel Ribeiro, por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e representantes do movimento dos quilombolas presentes neste plenário, queremos fazer um relato da audiência pública ocorrida no município de Lages, no último dia 7 de maio, em que se tratou a respeito do controle dos javalis em Santa Catarina.

Esse é um assunto que não possui apelo popular, a opinião pública ainda está tomando conhecimento dessa situação, mas é um grande problema que vem ocorrendo no interior de Santa Catarina.

Fizemos, nos últimos meses, nesta Casa, reuniões com inúmeras lideranças, prefeitos, vereadores da região serrana que nos trouxeram esta grande problemática que é, hoje, para o produtor rural e o homem do campo, que é o descontrole da presença do javali.

O javali não é um animal silvestre dos nossos campos, do nosso ecossistema, da nossa natureza. Ele é um animal originário da Europa e foi trazido para os campos do Uruguai para a prática da caça esportiva. E pela sua rusticidade e facilidade de adaptação em qualquer solo, ele foi-se disseminando pelos interiores da América do Sul, subiu para o estado vizinho, Rio Grande do Sul, e há pouco tempo entrou em nosso estado.

Parece um problema pequeno, mas, hoje, a população de javalis na região serrana do nosso estado está causando prejuízos na lavoura e na produção rural que chegam a ordem de 50% a 60% da produção dos pequenos produtores.

Além da presença do animal causar prejuízo econômico, já que ele se alimenta de várias culturas como: milho, soja, feijão, pinhão, o javali, pela sua presença e facilidade de

reprodução, já que uma matriz chega a sua maturidade sexual com apenas oito meses e uma fêmea pode ter três crias por ano, tendo de oito a dez filhotes, tem-se multiplicado pelos interiores de uma forma exponencial. E isso, não fosse apenas o prejuízo econômico, está degradando o meio ambiente catarinense.

Os outros animais de espécies pequenas, como a perdiz e o perdigão, por exemplo, que são animais silvestres da nossa região e fazem os seus ninhos no solo, são difíceis de serem encontrados na região serrana, porque o javali se alimenta do ovo do perdigão. Ele se alimenta-se do pinhão que a gralha azul planta no chão e que retirou da copa das Araucárias. E o javali se alimenta desse pinhão que serve como semente para fazer a disseminação das Araucárias.

O problema ecológico é muito grande e o problema econômico é enorme. Há casos de produtores rurais que tiveram perdas de R\$ 50 mil, R\$ 60 mil, R\$ 90 mil na safra da lavoura de milho e soja. Há o problema com a própria segurança do produtor rural, que está no campo, porque o javalis andam em grupos, em varas de até 80 a 100 animais, podendo um javali adulto chegar a mais de 200kg. É um animal que é predador, carnívoro. Há casos, inclusive, de produtores que perderam bezerros e cordeiros porque foram vítimas de ataques de javalis.

Hoje, em Santa Catarina, os filhos dos produtores rurais que se deslocam aos centros urbanos para estudar e depois retornam para as suas propriedades correm o sério risco de serem vítimas de um ataque.

Então, realmente estamos diante de um grande problema. Além do que, o javali também representa um risco à sanidade catarinense, o que nos preocupa bastante, já que somos um dos maiores produtores de suínos do Brasil, já que a produção da proteína animal em Santa Catarina representa 40% da nossa economia e já que somos um estado livre da febre aftosa e da peste suína, título este que será concedido na França. E o javali pode

disseminar e trazer esta doença para o nosso estado.

Então, realmente trata-se de um problema gravíssimo para Santa Catarina e isso tudo foi motivo da audiência pública que realizamos na cidade de Lages, com presença de inúmeras autoridades da área. Estavam lá presentes o deputado Cesar Valduga, que faz parte da comissão da Agricultura; o deputado Natalino Lázare, presidente da comissão de Agricultura; o sr. Airton Spies, secretário adjunto da Agricultura; representantes da Polícia Ambiental, da Epagri, da Embrapa e da Cidasc; representantes das secretarias municipais de Agricultura; prefeitos da região; produtores rurais e representantes do Clube de Tiro para discutirmos uma maneira de podermos, de fato, controlar a população de javalis.

Hoje, diante do quadro, a única maneira que é feita para que haja o controle de javali, permitida por lei em Santa Catarina e no Brasil, é através da caça do animal. Só que a caça do javali tem que ser feita por pessoas que tenham o registro da arma e sejam caçadores habilitados. Tem que ter sido comunicado à Polícia Ambiental Estadual que há um javali na propriedade e tem que haver a autorização do proprietário da área para ser feita a caça desse animal. Isso tudo representa uma burocracia muito grande para podermos efetuar o controle dessa espécie. Enquanto temos um ou dois grupos de tiros que podem, hoje, fazer o controle e o abate desses animais, temos os animais se multiplicando de uma maneira violenta e agressiva no interior do nosso estado.

As ocorrências na Polícia Ambiental da região serrana estão triplicando a cada ano. A presença do animal, hoje, é significativa dentro das pequenas propriedades rurais catarinenses. Este é um grande problema para Santa Catarina, e se não tomarmos nenhuma providência, ele vai-se tornar um problema ainda maior, como já é em outros países do mundo, já que estamos tratando aqui de uma endemia mundial que ataca outros países, como os

Estados Unidos, o continente da Europa, a Austrália, e assim por diante.

Diante de vários relatos e de muitas discussões, nós, no último dia 7, em Lages, tivemos como deliberação dessa audiência pública a formação de uma comissão técnica estadual com diversas deliberações que serão tratadas e discutidas para apresentarmos à comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa. E assim poderemos de fato apresentar uma nova proposta.

Realmente existem inúmeras ideias. Pensa-se em indenizar os caçadores para estimular a caça e o abate do animal; pensa-se numa força-tarefa junto com o Exército e a Polícia Ambiental; pensa-se na entrega de armadilhas aos produtores rurais; pensa-se em facilitar a comercialização da caça para se tornar um negócio; pensa-se em criar uma oportunidade de negócio para as propriedades rurais. Enfim, faremos uma ampla discussão técnica e apresentaremos à comissão da Agricultura da Assembleia Legislativa um resultado prático para realmente facilitar a vida do produtor rural, que já é tão difícil. E agora com a presença desse animal tornou-se ainda pior.

O Sr. Deputado Cesar Valduga - V.Exa. me concede.

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Cesar Valduga - Quero cumprimentar v.exa., deputado Gabriel Ribeiro, e os srs. deputados.

Primeiramente, gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa que teve com esse problema que está instaurado no estado de Santa Catarina, mais precisamente na região serrada, em Lages, mas também no meio-oeste de Santa Catarina, em Ponte Serrada. Enfim, aquela região também está vivendo essa grande problemática do descontrole de natalidade desse animal, o javali. E também até a própria capivara está tomando conta.

Mas que bom, deputado Gabriel Ribeiro, poder participar com v.exa. daquele evento, e quero parabenizá-lo, mais vez, e também o povo lageano, que lá participou, prestigiou e trouxe a

verdadeira realidade em que se encontram os nossos agricultores da região.

Eu digo a v.exa. que fiquei muito sensibilizado com os agricultores, e até pelos seus depoimentos, que lá disseram que as lavouras estão com prejuízos de até 40%. E o pior é esse descontrole.

Quero parabenizá-lo, mais uma vez, porque v.exa mobilizou os órgãos governamentais, a Polícia Ambiental, e eles nos trouxeram informações importantes, como, por exemplo: que esse animal, aos dez meses de vida, já se reproduz. Esse descontrole é muito grande e vem atingindo as lavouras tanto no plantio como na colheita. Estão sendo atingidos também o meio ambiente e os animais silvestres. Enfim, toda aquela população está tendo grandes prejuízos.

Nesse sentido, deputado Gabriel Ribeiro, quero parabenizá-lo pela sua iniciativa. E agora vamos realizar, junto com v.exa., uma audiência em Ponta Serra para também tratar da questão.

Deputado, que bom que v.exa. está empenhado em buscar uma resolutividade definitiva para que haja um controle - e não o extermínio -, diante da periculosidade que esse animal está oferecendo para o povo da região de Lages, de Ponte Serrada e de outras regiões onde está-se vivendo essa grande problemática.

V.Exa. tem apresentado aqui as resolutividades e apontado algumas soluções. E com essa energia e esse sentimento público de v.exa., sem dúvida nenhuma, com o apoio de todos os srs. deputados neste Parlamento, vamos buscar uma solução para os agricultores.

Parabéns, deputado, e um grande abraço!

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Muito obrigado, deputado Cesar Valduga. A sua presença, assim como também do deputado Natalino Lázare, na audiência pública enriqueceu o debate e foi importantíssima, já que representa o meio-oeste, uma região que realmente vem sofrendo muito também com o ataque dos javalis.

Hoje, os prejuízos para Santa Catarina são enormes. V.Exa. presencio relatos de perdas que

chegam a 40% ou 50% das lavouras da região serrana. O prefeito Padre Edilson, de Campo Belo do Sul, disse que hoje o município passa por uma situação de emergência pela presença do javali.

Então, a audiência foi oportuna e iremos a Ponte Serrada para realizar outra audiência pública. E apresentaremos à comissão de Agricultura, dentro de 30 dias, um diagnóstico prático para que as autoridades competentes possam tomar as medidas eficazes para o controle dos javalis em Santa Catarina.

Então, muito obrigado pela presença de v.exa. naquela ocasião e iremos a Ponte Serrada para debater com a população daquela localidade.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado, deputado Gabriel Ribeiro. Este tema é extremamente importante para Santa Catarina.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital, público aqui presente acompanhando a sessão e trazendo as suas reivindicações, especialmente da comunidades quilombola que está aqui manifestando a sua contrariedade a respeito da Proposta de Emenda Constitucional n. 215.

Então, sejam bem-vindos! Essa é uma luta importante que a comunidade quilombola faz em Santa Catarina também.

Queremos dizer, sr. presidente, que por inúmeras vezes ocupamos a tribuna da Assembleia Legislativa para falar sobre questões relacionadas à saúde e também sobre aquilo que em Santa Catarina muitos denominam de "ambulâncioterapia", a transferência de pacientes do interior do estado para a capital para tratamento.

O ideal, e sempre defendemos isso, é que esses pacientes possam encontrar os seus tratamentos nas suas cidades ou, no máximo, na sua região, numa proximidade de 50 a 80km, no máximo, em caso de tratamentos um pouco mais complexos, principalmente de municípios menores.

No entanto, sabemos que isso ainda não acontece em Santa Catarina e que essa é uma luta, uma reivindicação: equipar melhor os nossos hospitais regionais e municipais.

Mas, independente disso, ainda há a necessidade de transporte de pacientes, muitos pacientes para fora do domicílio.

Tive a oportunidade de visitar, na semana passada, no município de Rio das Antas, uma unidade de saúde pública. Ao ser recebido pelo responsável, ele usou as seguintes palavras: "Vamos ver aqui como o SUS funciona". E vai-se ouvir argumentos por aí fora de que, mesmo com todos os problemas, o SUS tem também as soluções.

Queremos fazer o registro que visitamos aquela unidade espetacular em Rio das Antas, que é um exemplo de atendimento. Mas em que pese o grande exemplo, a maioria dos pacientes - afinal de contas era um município pequeno - acabam também sendo transferidos depois para outros municípios.

Inclusive, observei que lá algumas consultas não tão complexas - e não falo aqui de Medicina nuclear, falo de consultas de especialistas da própria região - eram referenciadas para Florianópolis. Então, tem que viajar quase 500km para vir para cá e penso que essa situação precisa ser reestudada para ser credenciado lá na própria região e não precisar haver esse deslocamento.

Mas, como eu disse, nesses deslocamentos, quando necessários, vemos diversas ambulâncias transitando. E há, às vezes, até uma dificuldade de os municípios menores adquirirem esses veículos.

Por isso, fiz uma indicação na Assembleia Legislativa. O ideal seria um projeto de lei, mas com o projeto de lei teríamos o problema, deputado Silvio Dreveck, da constitucionalidade. Nós,

deputados, não podemos propor isenção de ICMS por projeto de lei.

Então, encaminhei uma indicação ao governo do estado para que, como sugestão, pudesse analisar a possibilidade de que a compra de ambulâncias e demais veículos de emergências no estado de Santa Catarina fosse incentivada através da isenção do ICMS. Esta é uma reivindicação importante. As prefeituras reivindicam que todos os seus equipamentos comprados tenham isenção, e eu apoio essa reivindicação, mas digo que a mais importante realmente é essa relacionada aos veículos da saúde.

Portanto, fazemos essa colocação no sentido de que o governo do estado possa analisar com cuidado essa proposição de permitir que os municípios adquiram os seus veículos ligados à saúde, especialmente as ambulâncias, micro-ônibus, com isenção. Os pequenos municípios é que precisam, às vezes, transportar para o próprio município sede da microrregião, ou sede regional onde há os atendimentos regionalizados.

Então, que isso pudesse ser viabilizado através dessa ação do governo do estado, já que para o caixa do estado não seria um impacto significativo, mas para as prefeituras e as unidades de saúde que precisam de veículos para o transporte de pacientes seria muito importante.

Quero também registrar, sr. presidente, que encaminhei ao governo do estado e ao presidente da Fatma - Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina - a solicitação de uma atenção especial e agilização na liberação de licenças ambientais para a instalação de torres de telefonia e *internet* nas áreas rurais dos municípios catarinenses.

Tenho andado bastante pelos nossos municípios, especialmente pelas áreas rurais, e pude ver que hoje há dificuldade para a telefonia chegar a alguns lugares. Em alguns locais as pessoas dizem que estão há três, quatro, cinco meses aguardando que seja analisada a questão das licenças ambientais para a instalação das torres de telefonia.

Então, que houvesse uma força-tarefa especial da Fatma para análise dessas licenças ambientais para que de fato seja agilizado e possamos fazer com que a *internet* e a telefonia cheguem também nas áreas rurais, pois são tão importantes e também a base do desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Eram estas as considerações que queríamos fazer neste horário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e visitantes quilombolas, venho a esta tribuna, hoje, para prestar também a minha homenagem ao governador, senador e prefeito Luiz Henrique da Silveira.

Na última terça-feira fizemos uma sessão de homenagens, na qual tivemos mais de 23 parlamentares manifestando a grande perda que Santa Catarina teve com relação ao desaparecimento prematuro do sempre senador, governador e prefeito Luiz Henrique. Logicamente, na condição da Presidência da Assembleia, naquele momento não houve espaço para que pudéssemos prestar a nossa homenagem ao sempre líder maior do PMDB. Tudo aquilo que foi falado na última terça-feira, tudo aquilo que os jornais, a imprensa e o PIB político brasileiro noticiaram demonstrou a importância desse cidadão.

A presença de autoridades como o presidente do Senado Federal, o vice-presidente da República, a própria presidente Dilma Rousseff e dezenas de senadores e deputados representou o quanto o senador, governador e prefeito Luiz Henrique era respeitado por toda Santa Catarina e pelo Brasil.

Evidentemente que, de todas as grandes obras que o governador Luiz Henrique fez, eu quero me ater a uma ação dele como governador - e não é uma ação com relação ao norte do estado ou a Joinville, mas uma ação com referência a Santa Catarina -, que é o processo da descentralização.

Muito se propala, muito se fala, muito se discute e são muitas opiniões convergentes e divergentes, mas quero expressar, com o conhecimento de quem viveu por um período de sete anos como secretário de Desenvolvimento Regional da minha região, o quanto foi importante essa ideia daquele senhor que se elegeu governador de Santa Catarina e tirou as grandes decisões de Florianópolis e espalhou por toda Santa Catarina.

O governador Luiz Henrique conseguiu potencializar, num primeiro momento, em 29 e depois em 36 decisões, e tivemos o privilégio de ser secretário Regional - no meu caso, de Ibirama, e o deputado Valdir Cobalchini, de Caçador. E tantos outros companheiros que hoje estão no plenário desta Casa passaram pelas secretarias de Desenvolvimento Regional e comprovaram, naquele momento, exatamente como era importante levar as ações do governo próximo da população.

Muito se fala e quero fazer aqui alguns questionamentos e uma analogia, até porque o Parlamento é para isto. Nós, hoje, temos 36 secretarias de Desenvolvimento Regional, que, em média, são ocupadas por nove cargos comissionados que são de livre nomeação do governador, e os demais funcionários são funcionários de carreira do estado ou vinculados à secretaria de estado da Saúde, ou à secretaria de estado da Educação, ou à secretaria de estado da Segurança Pública. Enfim, são funcionários públicos estaduais efetivos. E esses funcionários públicos efetivos do estado, mesmo que haja uma redução de secretarias regionais, ou mesmo que num futuro se rediscuta o papel dessas secretarias regionais, estão assegurados pelo Estatuto do Servidor Público de que a sua lotação é lá naquela região.

De qualquer forma, essas 36 secretarias de Desenvolvimento Regional, e nas quais hoje há um

secretário que é o responsável e a pessoa que representa o governo, vão ter que manter lá um gerente de Educação e todo o aparato de secretaria de Educação funcionando naquela região, porque não é possível que, num momento que se precisar impetrar um pedido de aposentadoria de um professor ou de qualquer servidor, tenha que se dirigir a Florianópolis. A mesma coisa acontece na Saúde. Hoje já existe, e já existiam antes da criação das secretarias regionais, a estrutura da Saúde, em Santa Catarina, espalhadas pelas regiões.

Então, hoje se propala muito, fala-se muito, mas o custo efetivo das secretarias regionais com cargos custa 0.40% da folha de pagamento. Não é 40%, é 0.4%, ou seja, não é meio por cento do custo do funcionalismo público estadual! E tanto se fala, tanto se propala, mas nós, que vivemos isso com intensidade; nós, que vivemos isso no papel de condutor do desenvolvimento regional; nós, que vivemos durante sete anos essa condição, queremos dizer a todos os senhores e as senhoras que as secretarias de Desenvolvimento Regional, quando bem gerenciadas, vão cumprir a sua função. E quem faz esse papel é a figura do secretário e não a figura do governador, não a figura do secretário setorial, porque quando o Executivo se elege e delega autonomia para um secretário, seja setorial, seja regional, é essa pessoa que, a partir daquele momento, tem a responsabilidade de fazer com que as ações do governo estejam próximas da população catarinense. E este é o papel das secretarias regionais, foi para isto que elas foram criadas!

Então, quero dizer que todas as secretarias regionais deram um pulo de desenvolvimento.

Recentemente, fiz um pronunciamento pautado num documento emitido pelo Ipea, que mostra que Santa Catarina aparece como um estado que está à frente em muitos dados. São oito dados que o Ipea qualificou, e cito, entre eles: desenvolvimento humano, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico e desenvolvimento ambiental. E Santa Catarina está praticamente liderando o *ranking*

nacional em todos eles. Isso é fruto de políticas públicas estaduais que vêm de muitos governos, inclusive do governador Luiz Henrique, principalmente com aquela questão da descentralização, e também do governador Raimundo Colombo, que tem levado a cabo essa questão da descentralização.

Mas o que eu quero deixar claro é que essa é uma das melhores ideias que o governador Luiz Henrique deixou para o estado de Santa Catarina. Cabe ao governo, aos governantes, aos governadores e a nós, deputados, fazermos com que essa ideia simplesmente se concretize naquilo que é o seu objetivo primeiro, que é levar o governo próximo da população.

Quero citar aqui um exemplo ocorrido em 2003, quando eu estava prefeito. Renunciei o mandato de prefeito, a convite do governador Luiz Henrique, e virei secretário Regional da cidade de Ibirama, compondo 10 municípios. Naquele momento, o governador Luiz Henrique me convidou para ir a São Paulo falar com Antônio Ermírio de Moraes. Naquela ida a São Paulo, o então empresário Antônio Ermírio de Moraes solicitou ao governador Luiz Henrique que viabilizasse a construção da Usina Salto Pilão. A construção da usina Salto Pilão, que hoje gera 182 *megawatts* de energia para quase 800 mil pessoas, havia sido negada pelo governo catarinense. O governo catarinense e os técnicos ambientais catarinenses deram um parecer contrário à construção daquela usina na região de Ibirama. E quando o empresário Antônio Ermírio de Moraes fez essa solicitação ao governador Luiz Henrique, ele disse: "Governador, a partir do momento em que v.exa., no seu governo, viabilizar ambientalmente a construção dessa usina na região de Ibirama, eu, como empresário e sócio majoritário da Votorantim, assumo o compromisso de, assim que estiver concluída a usina Salto Pilão, construir a fábrica de cimento na cidade de Vidal Ramos".

Esta conversa, deputado Silvio Dreveck, rendeu investimentos para Santa Catarina na ordem de R\$ 1,3 bilhão em 2003! Vejam só quantos impostos já

gerou a usina Salto Pilão, quantos impostos gerou a fábrica de cimento de Vidal Ramos, por uma decisão política.

E por que foi tomada essa decisão política? Porque nós estávamos junto com o governador dizendo que era possível a realização daquilo que o empresário estava solicitando. E o empresário não solicitou financiamento, não solicitou nada, foram recursos próprios do Consórcio Salto Pilão, e obviamente não é só a Votorantim que é proprietária daquele empreendimento, são mais empresas, mas lideradas pela Votorantim.

Quando chegamos a Santa Catarina, o governador chamou o presidente da Fatma, constituiu-se um grupo de trabalho independente, pegamos todos os trabalhos efetuados pelos técnicos que haviam negado aquele empreendimento e, a partir daquele momento, os técnicos que foram nomeados pelo governador, juntamente com os técnicos que haviam avaliado o projeto, chegaram à conclusão de que, com algumas ações que os empreendedores fariam em benefício dos municípios de Lontras, Apiúna e Ibirama, e ao longo do Rio Itajaí-Açu algumas ações mitigaram um pouco o impacto, aquela construção poderia ser concretizada.

Nós vencemos, durante dois anos, toda essa questão ambiental e, para nossa surpresa e também do próprio empresário, na época o empreendedor Antônio Ermírio de Moraes, conseguimos dar ordem, dar a licença para a instalação e para iniciar o canteiro de obras da construção de uma usina naquele momento avaliada em mais de R\$ 650 milhões.

Eu estou citando isso aqui como um dos efeitos da descentralização. Se nós não estivéssemos lá a todo o momento cobrando do governador Luiz Henrique e dos secretários setoriais, com certeza aquela obra hoje não seria realidade e com certeza a fábrica de Vidal Ramos não seria realidade.

Eu não tenho aqui os dados, mas hoje representa economicamente valores expressivos na receita do estado e nas receitas dos municípios uma ação de governo. E essa ação foi promovida e

praticamente defendida, na época, pela secretaria de Desenvolvimento Regional.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Aldo Schneider, vice-presidente desta Casa que, interinamente, ocupa a Presidência em virtude da viagem do presidente Gelson Merisio, quero apenas respaldar as suas palavras e enaltecer os posicionamentos do saudoso líder Luiz Henrique da Silveira, um grande estadista que lutou incansavelmente pelo pacto federativo, que é o grande sonho do sistema municipalista brasileiro. E v.exa. coroa de êxito, na sua manifestação, todo o lastro da sua essência e trajetória política.

Ressalto aqui a manifestação de v.exa. com relação à questão desse investimento na Usina de Salto Pilão. Aliás, sempre tenho dito que quem faz a pasta é o titular. E um país emergente como o nosso, de dimensões continentais, de recursos naturais imensuráveis, de fontes renováveis e não renováveis, não pode dispensar qualquer tipo de fonte de geração de energia. Mas é preciso que o poder público capitaneie esse processo e dê segurança jurídica, porque os investidores estão aí com o olho em todo o planeta e visualizando onde há potencialidade para prospectar os seus investimentos. Mas, acima de tudo, eles precisam de segurança, e quem tem que dar segurança é o poder público. E quando eu falo poder público, refiro-me ao ente municipal, ao ente estadual e ao ente federado, dentro de uma ação integrada, com bons propósitos.

V.Exa. falou com relação à questão tributária, mas veja a dimensão e a potencialidade que um investimento dessa magnitude provoca em toda a região, dando segurança jurídica ao setor não apenas do consumo residencial, mas a segurança jurídica à nossa indústria, e da qual, aliás, estamos deficitários. Talvez vamos fechar o ano, senão zerados, mas até com déficit negativo com relação ao crescimento do país, por falta de planejamento e de uma ação propositiva como a que

foi feita, como v.exa. colocou ainda há pouco, pelo então governador Luiz Henrique da Silveira - e v.exa. estava junto durante todo esse processo.

Eu parabenizo v.exa. pelo tema abordado e pela pertinência nesse assunto de se levar com seriedade, maturidade e, acima de tudo, responsabilidade, dentro de um prisma macro, que é o que cabe, na essência, a todo administrador político fazê-lo: dar segurança jurídica à sociedade.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Deputado, incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento.

Quero corroborar com v.exa. no que tange à pasta, pois quem a faz funcionar é o secretário, seja de qual pasta ou área, até porque cada pessoa tem um jeito de trabalhar. Evidentemente que se o governador delega competência a uma pessoa, ela tem que colocar o corpo, a alma e o coração à frente daquela ação para que o governo consiga ser um governo para todos.

Então, quero dizer que a história de Santa Catarina fará justiça ao ex-governador Luiz Henrique no que tange àquele processo de descentralização. Eu não tenho dúvida de que daqui há 20, 30, 50 anos estarão falando disso.

Eu aproveito a oportunidade para registrar a presença do prefeito de Paulo Lopes, Evandro João dos Santos; do prefeito de Agrônômica, José Ercolino Menegatti; e da vereadora Eliziani Santos Oliveira, de Paulo Lopes.

Sejam todos bem-vindos à Casa do Povo de Santa Catarina! Nós, que representamos estes municípios neste Parlamento, com certeza fazemos de tudo para que o desenvolvimento chegue até eles.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista - PP, PSDB.

Com a palavra o deputado Sílvio Dreveck, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o assunto que me traz a esta tribuna está um pouco ligado com o que o deputado Aldo Schneider acaba de relatar, pois é sobre a nossa matriz energética no Brasil.

Ontem, acompanhando as últimas informações, pude perceber que a situação de energia no país é preocupante e que se continuar nessa direção vai haver racionamento em alguns lugares do país.

A questão energética no Brasil não é de hoje. Há muitos anos ela vem sendo debatida, mas, ao mesmo tempo, não se tomou a decisão que deveria ser tomada, ou seja, de investimentos na matriz energética.

É bem verdade que temos alternativas e várias fontes de energia: hidroelétrica, a óleo, a gás, a carvão mineral - e v.exa., deputado Valmir Comin, é um defensor dessa energia -, e tantas outras, como o próprio petróleo, de um modo geral, o etanol, o pró-álcool que, infelizmente, foi para o espaço por decisões políticas. Mas o fato é que nos últimos anos, no que diz respeito à energia hidroelétrica, os investimentos foram muito aquém do que o Brasil precisa. E ela é a energia mais limpa e barata, em que pese que, nesse momento, estamos pagando elevados preços pela energia no Brasil.

Mas, repito, falta de investimentos, principalmente pelo potencial hídrico que o Brasil possui. Foi construído todo aparato necessário para energia eólica em determinadas regiões, mas, infelizmente, não há linha de transmissão. Fez-se a concessão, paga-se todo o mês para a empresa que construiu, mas, infelizmente, não se distribui para a população brasileira. Há muitos argumentos, entre eles o de que o norte do Brasil é rico em água, mas que o custo é elevado por causa da distância para fazer as linhas de transmissão. Eu tenho outro pensamento. Não sou do ramo, mas creio que a energia do norte pode ser distribuída para o norte, o nordeste e até para o centro oeste. E

nós, do centro oeste, do sudeste e do sul, poderíamos ter as fontes localizadas, com distribuição mais na região, em que pese o fato de que toda a distribuição é feita por uma única distribuidora que mantém esse controle no país todo.

Portanto, o fato é que temos várias usinas hidroelétricas em construção que não avançaram, infelizmente, por decisões políticas de não dar celeridade. Algumas delas muitas vezes foram prejudicadas propositalmente por interesses corporativistas e ideológicos.

Hoje estamos nessa situação caótica. Se o Brasil voltar a crescer, se a indústria brasileira, que é onde se consome mais energia e transformam-se os produtos - e que está num grande desaquecimento -, voltar a crescer - e somado à demanda existente, acrescentando o consumo -, não vamos ter energia suficiente para atender a população brasileira.

Em Santa Catarina também há problemas não na distribuição, mas na produção. São mais de 400 solicitações de requerimentos ambientais, que estão estagnados há muito tempo no órgão ambiental, repito, para a construção de pequenas centrais hidroelétricas.

Ora, tudo que produzirem, e que são as pequenas, mas que, somadas no conjunto, dão o suporte importante na produção de energia... Nós estamos a passos de tartaruga; infelizmente, os próprios investidores estão aguardando; e não temos conseguido fazer com que haja celeridade.

Portanto, é preciso mudar a nossa legislação, que é o que impede de se dar celeridade. Nós, legisladores, vamos dar a nossa contribuição e dialogar com o próprio órgão ambiental, que é a Fatma, para contribuir nessa legislação e permitir que haja uma celeridade maior em benefício da própria população, pois quanto mais energia o Brasil produzir, menor será o custo, e quanto mais demanda existir, e não havendo energia para ofertar, mais ela vai elevar os seus preços. E quem vai pagar é a própria sociedade.

Então, penso que o Brasil precisa, urgentemente, tomar essas decisões. E tomara que tanto o governo quanto Congresso Nacional possam fazer com que toda a infraestrutura brasileira... E mesmo que isso aconteça em médio prazo, mas com a construção de portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, da matriz energética brasileira através das concessões, com agências reguladoras que orientem, fiscalizem e cobrem dessas empresas de acordo com os contratos que são realizados no modelo de concessão, e que o Brasil não avançou e, infelizmente, parou.

Esse é um caminho para o Brasil crescer e dar uma condição melhor para toda a população brasileira. E não é diferente em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado, na essência do que v.exa. aborda nesta manhã, quero dizer que são inúmeras as possibilidades quando o poder público é protagonista de um processo, a exemplo do que a China faz hoje, dando segurança jurídica para que os investidores possam também se estabelecer.

Sou um defensor da PPPs - Parcerias Públicas Privadas - e penso que o estado não tem que produzir nada, mas precisa ter agências reguladoras fortes com poder de fisco e fomento, e disponibilizar esse banco de dados e desburocratizar o sistema, flexibilizando a legislação, evidentemente dentro de um lastro de margem de segurança para que a iniciativa privada possa fazer todos os seus investimentos.

Vejam o equívoco que está estabelecido no Brasil. Em 1960 tínhamos 32.000km de rede ferroviária no país. Hoje deveríamos ter 140.000km, mas engessaram o sistema intermodal do país, engessaram a possibilidade de crescimento e de poder competir nesse mundo globalizado, desestimulando o sistema. Enquanto o Custo Brasil, hoje, está em R\$ 112,00 por tonelada, nos quadrantes deste imenso Brasil, no sistema rodoviário; no sistema ferroviário caiu para R\$

75,00; e no hidroviário veio para R\$ 42,00. Então, estamos no inverso da pirâmide e como vamos competir com os países desenvolvidos? E isso somente se faz através de atitude política e de ação enérgica por parte de quem está no comando deste país.

O governo federal não permitiu, no Leilão A-5 passado, a energia a R\$ 160,00, que é o que o setor pedia. A única usina que participou do processo foi a Tractebel, no Rio Grande do Sul, em Candiota. Hoje estão colocando a R\$ 250,00, nem um ano depois. Olhem a falta de planejamento! No entanto, no mercado spot pagou-se R\$ 800,00 o mega da energia. Por isso que o preço da energia nas residências praticamente duplicou. Aí é muito fácil: simplesmente houve um déficit e vamos cobri-lo através do aumento de impostos, tirando do bolso do trabalhador.

Então, concordo com v.exa. O que está faltando neste país é a adequação da legislação à realidade que estamos vivendo. Existem várias demandas reprimidas que poderiam ser convertidas em ações que trariam perspectiva e qualidade de vida à nossa gente.

Parabenizo v.exa.!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Agradeço e, antes de finalizar, também quero registrar que depois de muito tempo de conversação e diálogo sobre a questão da greve da Educação, esperamos que esse impasse chegue ao final no dia de hoje, com várias concessões por parte do governo e também com a compreensão por parte do sindicato, pois a greve não é boa para os professores, o governo, a população e os estudantes.

Tenho esperança de que hoje se chegue a uma conclusão a fim de que na semana que vem comecem a construir um projeto para vir para esta Casa. Espero que possamos deliberar nesta Casa essa demanda dos professores que vem ocorrendo desde 2009. Sempre por algum motivo não se chegou a um consenso, mas agora estamos muito confiantes de que hoje essa etapa possa ser concluída e possamos dar aqui a nossa contribuição, valorizando mais os professores catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0128/2015.

Comunica, também, que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0327/2014.

Ainda comunica que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0032/2015, 0037/2015 e 0148/2014.

Comunica, outrossim, que a comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0002/2015.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0013/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0408/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer; e 0409/2015, de autoria do deputado Marcos Vieira.

Comunica, igualmente, que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0359/2015, de autoria do deputado Romildo Titon; e 0360/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Há sobre a mesa um requerimento encaminhado pelos líderes desta Casa solicitando a suspensão da sessão de hoje por dez minutos para a manifestação da sra. Maria de Lurdes Mina, representante do Movimento Negro Unificado, que apresentará, na oportunidade, ao Parlamento catarinense as manifestações das comunidades indígenas e quilombolas de Santa Catarina acerca do Projeto de Emenda Constitucional n. 0215/2000, que propõe a alteração do art. 231 da Constituição

Federal e a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3.239, que requer a inconstitucionalidade formal do Decreto n. 4.487, de 2003.

Também a acompanham o sr. Manoel dos Passos, representando as comunidades quilombolas de Santa Catarina, e a cacique Eunice.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.